

dar
que
falar

Ano Europeu da Igualdade

Por uma prática educativa inclusiva

Discriminação em razão do sexo, da raça ou da origem étnica, da religião ou crença, da idade, da deficiência ou da orientação sexual são as áreas cobertas pelo ano de 2007, consagrado como o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos/as (AEIOT).

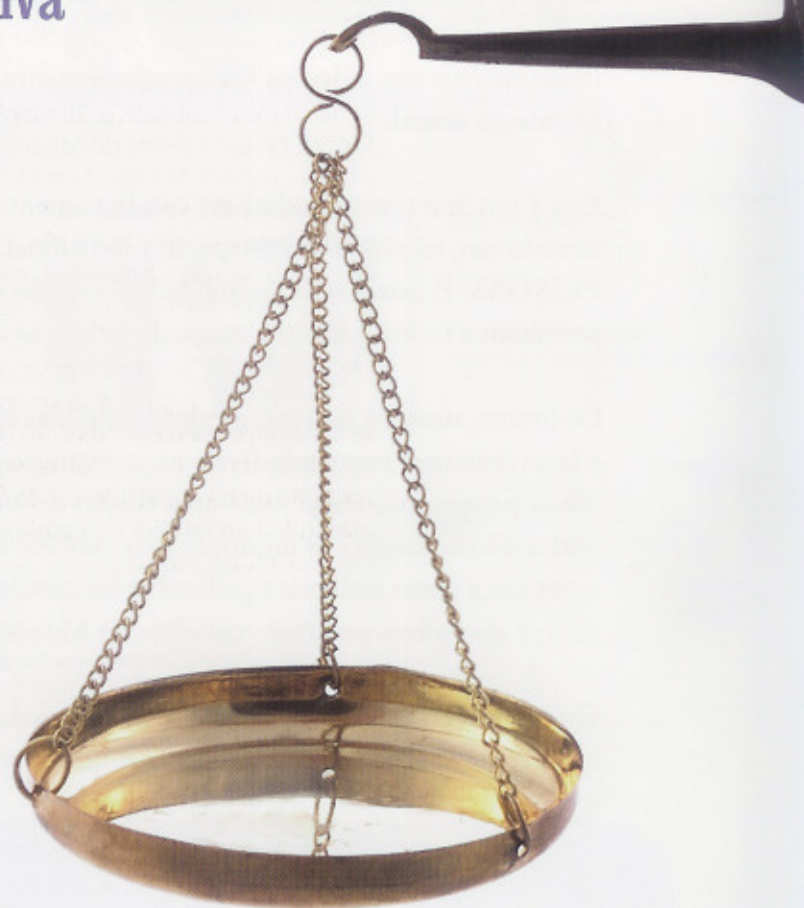
Os grandes objectivos no âmbito do direito à igualdade e à não discriminação traduzem-se em fomentar o conhecimento dos direitos e legislação em matéria de não discriminação; incentivar a participação e a representação dos grupos vítimas de discriminação; promover o reconhecimento dos benefícios da diversidade para a sociedade como um todo; e promover o respeito, isto é, relações livres de estereótipos, preconceitos e violência entre todos os membros da sociedade e, em especial, entre os/as jovens de forma a fomentar e divulgar os valores subjacentes ao combate à discriminação, em prol de uma sociedade mais coesa.

A Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens (REDE), enquanto Associação que trabalha na área da juventude e do género faz parte de um conjunto de ONG que acompanham o AEIOT. Entre as várias esferas de intervenção ao nível do desenvolvimento de políticas e programas que podem beneficiar dos objectivos do Ano, encontram-se, sem dúvida, a educação formal e não formal. Este artigo busca, no espírito do AEIOT, explorar a dimensão da prática educativa inclusiva.

Na verdade, a igualdade entre mulheres e homens é um dos princípios basilares de qualquer democracia e que deve presidir à organização das sociedades; é requisito do progresso e do bem-estar de toda a humanidade.

Apesar de nascermos como seres do sexo feminino ou do sexo masculino, aprendemos a ser mulheres ou homens. E essa aprendizagem é circunscrita no espaço e no tempo. A educação é, também ela, circunscrita no espaço e no tempo; é, pois, reflexo da sociedade onde se encontra inserida.

Que expectativas temos para um rapaz ou uma rapariga? Como educamos um rapaz ou uma rapariga? A estas questões a sociedade responde com diferentes atributos,



comportamentos, tipos de saberes e formas de estar - mas sempre com referência ao género, que é o modo como as sociedades olham e pensam as pessoas do sexo masculino e as pessoas do sexo feminino. E a educação desempenha aqui o papel da (re)produção e da manutenção desse estatuto. Os currícula, os programas escolares, as actividades extra-curriculares, etc., têm, inerentes e, muitas das vezes, de modo oculto, formas de ser, estar e pensar assentes no género - feminino ou masculino. Perpetuam-se estereótipos e acentua-se a divisão do trabalho com base na diferenciação sexual - dos rapazes e dos homens espera-se que se realizem fora de casa, da esfera doméstica, enquanto que das raparigas e das mulheres ainda hoje se espera que,

Oportunidades para Todos/as

para além da sua realização profissional fora do espaço doméstico, se realizem dentro de casa e, para tal, ensinam-se às raparigas as lides domésticas, o cuidar de outras pessoas (a título exemplificativo, às meninas oferece-se panelas, fogões, tábuas e ferros de engomar, bonecos bebés que dizem mãã - não me lembro de ter havido nenhum no mercado que diga papã... - e aos meninos oferecem-se ferramentas, carros, bolas, bonecos que são heróis). E esta forma de educação não passa apenas pela família mas também pela escola, desde a pré-primária à universidade.

Esta manutenção estereotipada em função do género de identidade social perpetua-se sem que raparigas e rapazes se consigam aperceber das diferenças patentes na sua socialização/educação. Torna, por isso, mais complicado o trabalho de tradução da realidade feminina e mesmo da masculina no interior da escola e de outros espaços educativos/formativos.

A igualdade entre mulheres e homens é uma das vertentes fundamentais na formação de crianças e de jovens nos valores da democracia bem como a diversidade, a autonomia e a co-responsabilidade na óptica da educação para a cidadania. Nós, todas e todos (Estado, Autarquias, escolas, famílias, associações, grupos de jovens, etc.), temos a responsabilidade de contribuir para a formação de cidadãos e de cidadãs livres. Mas temos de ter plena consciência de que uma pessoa só é verdadeiramente livre quando as opções que se lhe apresentam e que toma não são constrangidas por estereótipos de género e por práticas sociais discriminatórias.

O conhecimento/tomada de consciência das desigualdades de género é condição prévia à transformação. E enquanto associações de jovens podemos actuar nesse sentido.

O Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos/as é uma oportunidade para uma sociedade inclusiva.

Alexandra Silva
Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade
de Oportunidades entre Mulheres e Homens
www.redejovensigualdade.org.pt

